

O DISCURSO CURRICULAR SOBRE HIV e AIDS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Willian Mirapalheta Molina ¹

Eduardo Santos de Araujo ²

Lavínia Schwantes ³

RESUMO

A pandemia de HIV é uma questão de saúde pública desde os anos 1980. Este tema envolve dimensões socioculturais, históricas e políticas. O Brasil é um dos países da América Latina cujo número de casos de HIV mais cresceu de 2010 a 2020. Além disso, a “epidemia do preconceito” ainda é presente na atualidade brasileira. Essas questões nos provocam a refletir sobre como a educação lida com o tema em seus currículos. O currículo envolve relações de poder, sendo um campo de disputa, refletindo na forma como os temas são escolhidos e apresentados. O objetivo dessa pesquisa é analisar sob quais perspectivas o discurso sobre HIV e Aids aparece nos currículos escolares e acadêmicos. Realizamos uma revisão sistemática da literatura, com os descritores “vírus da imunodeficiência humana”, “currículo” e “infecções sexualmente transmissíveis”, nas plataformas SciELO Brasil e BDTD, de 2014 a 2024. Buscamos com essa revisão encontrar pesquisas que trabalhassem com a investigação do tema HIV nos diferentes componentes curriculares. Encontramos 23 trabalhos e, após critérios de exclusão, restaram três. Esses três trabalhos não dissertam especificamente sobre HIV e currículo, mas abordam o tema junto às infecções sexualmente transmissíveis. Os trabalhos, com autoria em comum, estudam os currículos dos cursos de graduação em Enfermagem. As perspectivas sobre HIV e Aids focam principalmente em tratamento e prevenção, o que se aproxima do conceito foucaultiano de biopolítica. Esse viés biológico negligencia aspectos socioculturais e históricos do vírus. Entendemos que falar sobre HIV é mais que tratamento e prevenção, é acolhimento e diálogo com populações vulneráveis. Por isso, é importante trazer outros enfoques nos currículos e nas instituições educacionais, rompendo o discurso único do vírus orgânico. Por fim, reiteramos o esvaziamento de pesquisas que articulem currículo e HIV, e enfatizamos a necessidade de repensar as discussões sobre HIV e Aids nas diversas instituições de ensino.

Palavras-chave: Biopolítica, Currículo, Epidemia de vírus, Perspectiva pedagógica.

INTRODUÇÃO

Esse é um artigo de revisão sistemática de literatura, cuja pretensão é relacionar os temas Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (AIDS) e currículo. O objetivo desta pesquisa é analisar os vieses e as perspectivas predominantes nos currículos sobre o tema HIV e Aids. Buscamos entender como o discurso curricular sobre esse assunto está sendo apresentado nos currículos escolares e acadêmicos,

¹ Graduado pelo Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, willianmolina12345@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, araujoeduardo2000@gmail.com;

³ Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, laviniashch@gmail.com.



considerando a complexidade e as diversas questões que envolvem o tema. Utilizamos a análise de discurso de Michel Foucault, como base teórico-metodológica nesta pesquisa.

Esse artigo se justifica pelo fato de que o Brasil se configura entre os países da América Latina com mais casos de pessoas vivendo com o vírus, relacionadas a sua proporção de habitantes, e com aumento crescente de novas infecções de 2010 a 2020 (Quintão et al., 2022). Esse crescimento pode estar ligado a diversos fatores, como o desconhecimento e a falta de informações no que concerne a temática. Aliado a isso, o preconceito e a sorofobia (discriminação e preconceito a pessoas que vivem com HIV) também estão presentes ainda na atualidade brasileira (Unaid, 2019), corroborando para que as pessoas deixem de procurar atendimentos de saúde. Portanto, torna-se pertinente conhecer o que vem sendo discutido no campo do currículo quando o assunto é o vírus e a Aids.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história do HIV e da Aids e seus entrelaçamentos socioculturais, econômicos e políticos possui mais de 40 anos de pesquisas e debates, o que apresentaremos aqui é apenas um recorte de uma trama histórica complexa. O HIV tem seu surgimento datado no início do século XX (Focassia; Veronesi, 2005), quando o vírus da imunodeficiência símia (SIV) de primatas foi transmitido aos humanos, sofrendo mutações ao longo das décadas até se tornar o HIV (Scharp, Hahn, 2011), que conhecemos atualmente. Sua disseminação foi multifatorial, atingindo inicialmente a Europa e os EUA (Cezar; Draganov, 2014).

A pandemia só foi reconhecida em 1981, quando foram diagnosticados casos de Aids em homens gays nos EUA (Rachid; Schechter, 2017). A partir de 1982, o termo Aids foi utilizado (Fernandes; De toledo Bruns, 2021) e surgiram os primeiros indícios de que o vírus, entendido como o agente etiológico em 1983 (Parker et al., 1994), poderia ser transmitido pelo sangue. Durante a década de 1980, outros marcos importantes ocorreram, como a descoberta da transmissão vertical e a criação dos primeiros tratamentos antirretrovirais, o AZT (azidotimidina) e a didanosina.

Nos anos 1990, novos medicamentos foram liberados, os conhecidos coqueteis ou HAART (Terapia Antirretroviral Altamente Ativa), que são a união de várias classes de medicamentos, buscando diminuir cada vez mais a quantidade de vírus no sangue, impedindo sua reprodução e multiplicação. Esses medicamentos começaram a ser disponibilizados via Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, mediante a Lei 9313/96 (Cezar; Draganov, 2014), o que reduziu, no ano de 1999, a morte em decorrência da Aids em 50% no país (ibid). É



importante frisar que o HIV é o vírus que afeta o sistema imunológico, enquanto a Aids é a síndrome clínica resultante da imunossupressão causada pela infecção viral (Rachid; Schechter, 2017). Portanto, quando falamos em mortes não estamos afirmando que seja causada pela Aids em si, mas, sim, através de doenças oportunistas que acometem um organismo que está imunossuprimido em decorrência da Aids (ibid).

A descoberta do HIV e da Aids gerou não só uma crise de saúde, mas também um estigma social contra as pessoas vivendo com o vírus. Esse estigma tem origens históricas, desde a Grécia Antiga, onde o termo "estigma" se referia a marcas físicas que simbolizavam a subordinação (Scambler, 2019). No contexto das enfermidades, o estigma também esteve presente em doenças contagiosas, que marcavam a pele (Rotberg, 1978), como bolhas, feridas, etc. Na sociedade moderna essa marcação passou a ser não somente física, mas também simbólica (Scambler, 2019). Ou seja, o estigma físico (marcado na pele) e social (internalizado nas pessoas) se complementam. Tanto o estigma físico quanto o simbólico possuem as mesmas características, em todos os tempos históricos, que são a de desqualificar o sujeito, reduzindo-o a atributos negativos e inabilitando-o a uma aceitação e convívio social.

No contexto do HIV, o sujeito que possui a “marca do vírus” é visto como culpado, irresponsável, pecador, impuro, indesejável (Sanabria, 2016), promíscuo e perigoso. A esse corpo é atribuída a contaminação devido às suas práticas sexuais desviantes e desregradas (ibid). E por isso, são merecedores de enfermidades (Almeida; Labronici, 2007). Ou seja, o sujeito é desqualificado moralmente, e acaba sendo instituído como indigno de viver, trabalhar e pertencer a sociedade. Com isso, o sujeito com HIV passa a sentir vergonha, medo de se expor, se isolar e se culpar. O estigma resulta em um afastamento do indivíduo do convívio social e na interrupção de seus planos de vida (Goffman, 2008). Assim, percebemos que o estigma origina o preconceito e a discriminação, no caso do HIV, falamos de sorofobia⁴.

Segundo Pétry e Padilha (2021) a pandemia de HIV teve três fases distintas, relativas ao eixo população-contaminação: a ideia de grupo de risco, comportamento de risco e, a utilizada atualmente, a vulnerabilidade. Em relação ao grupo de risco, foi atribuído, de forma errônea e preconceituosa, um público-alvo para a contaminação pelo vírus: homens homossexuais, haitianos, profissionais do sexo, usuários de heroína e hemofílicos, por acharem, devido ao grande número de infecções pelo HIV nessas populações, que se tratava de um vírus que acometia somente essas pessoas.

Depois, deslocou-se para a ideia de comportamento, visto que outras pessoas, além das já citadas, também estavam infectadas pelo vírus. Nesta, segundo Garcia e Souza (2010, p.

⁴ Preconceito e discriminação a pessoas vivendo com HIV



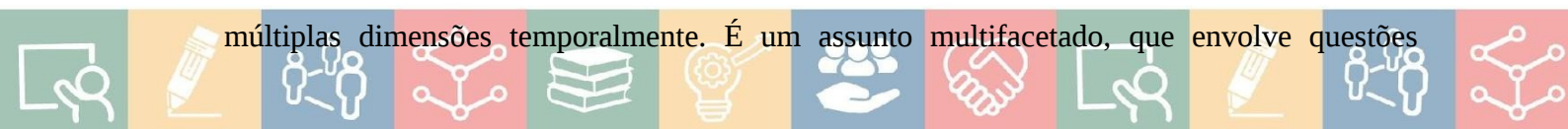
10) “o foco dirigia-se aos aspectos comportamentais individuais da prevenção”. Tanto a ideia de “grupo” ou “comportamento” de risco reforçaram uma ideia de segurança para as pessoas que não pertenciam a nenhuma dessas populações (Knauth et al. 2020), como se estivessem imune ao vírus, corroborando com a ideia da “doença do outro”; do impuro, do desviante, do promíscuo, do irresponsável e do imoral. Por fim, o entendimento que se tem atualmente é o de vulnerabilidade, que se afasta da ideia de atribuir a contaminação do vírus a um grupo específico ou as suas práticas, para um entendimento mais amplo, do contexto social em que determinadas populações estão inseridas.

A vulnerabilidade demarca um processo de “fragilização biológica, existencial e social” (Ovedo; Czeresnia, 2015, p. 243), se caracterizando, portanto, como um processo biossocial (ibid). Ela não está ligada a fraqueza ou algo similar. Estar vulnerável pode denotar que há falta de estruturas de proteção, apoio e acolhimento, ou bem-estar social, por parte do Estado, como apontam Pétry e Padilha (2021). No contexto do HIV, algumas populações-chave são vulneráveis, como os grupos sociais marginalizados e estigmatizados, seja por seus marcadores de identidade ou pelas suas práticas sociais consideradas imorais. Esses grupos incluem, principalmente: homens gays, pessoas trans e travestis, usuários de drogas, profissionais do sexo e pessoas privadas de liberdade (PPL).

Embora os entendimentos sobre o HIV tenham se modificado ao longo do tempo, assim como os avanços científicos, tanto a epidemia quanto o preconceito persistem. No Brasil, estima-se que mais de 1 milhão de pessoas vivam com o HIV (Brasil, 2024), sendo que cerca de 140 mil ainda não sabem que estão com o vírus. Além disso, como mencionamos anteriormente, o Brasil é um dos países da América Latina que registrou o maior aumento no número de casos de HIV entre 2010 e 2020 (Quintão et al., 2022).

A sorofobia também continua sendo uma realidade no país. Um estudo realizado pela UNAIDS em 2019 demonstra o impacto significativo do preconceito e discriminação na qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV no Brasil. Com base em uma amostra de 1.784 pessoas de diversas capitais, foi constatado que 41% dos entrevistados enfrentaram comentários discriminatórios no ambiente familiar; 25,3% sofreram assédio verbal; 19,6% perderam seus empregos e 6% sofreram agressões físicas (UNAIDS, 2019). O preconceito não apenas contribui para o isolamento dessas pessoas vivendo com o vírus, mas também leva ao atraso no início do tratamento, além de fazer com que outras pessoas não procurem testagens, agravando a propagação da epidemia no país.

Diante desse cenário podemos perceber como a temática do HIV e Aids atravessa múltiplas dimensões temporalmente. É um assunto multifacetado, que envolve questões



biológicas, sociais, históricas, culturais e políticas. Nesse sentido, é importante que possamos entender como a educação no Brasil, através de seus currículos, compreende a importância do tema e sobre quais seus vieses e perspectivas esse assunto, tão presente ainda na atualidade brasileira, é apresentado nos currículos escolares e acadêmicos.

Silva (2009) destaca que existem relações de poder no campo do currículo. Isso significa que questões como: por que escolher este conteúdo em vez de outro? Por que adotar essa perspectiva em detrimento de outras? São indagações que nos instigam a refletir sobre quais perspectivas estão sendo privilegiadas, configurando o currículo como um território de disputa, no que se refere aos mais diversos conteúdos (ibid). De acordo com Henning e Ferraro (2022), a educação nas instituições de ensino acaba sendo definida e exigida pelo Estado, que dissemina um tipo determinado de cultura. E isso entra em consonância com as relações de poder no currículo. Nesse cenário, reiteramos o objetivo desta pesquisa em analisar sobre quais enfoques o tema HIV aparece nos currículos escolares e acadêmicos.

METODOLOGIA

A revisão sistemática de literatura (RSL) é uma etapa importante da condução de pesquisas científicas. É por meio dela que o pesquisador pode comparar seus dados coletados com aqueles de pesquisas feitas anteriormente. Além disso, fazer uso da RSL evita “que o pesquisador diga o que outros já disseram [...] ou mesmo que busque respostas para perguntas já respondidas” (Brizola; Fantin, 2016, p. 30).

Por ser uma forma sistemática de coleta de dados requer que algumas etapas sejam cumpridas. Segundo Brizola e Fantin (2016, p. 29) as etapas da RSL são as seguintes “a) fontes de busca da temática, b) estratégias para o viés da pesquisa, c) avaliação dos estudos, da literatura selecionados para serem utilizados na RSL, d) ferramentas a serem utilizadas na síntese dos resultados e por fim e) a apresentação do estudo”. Seguindo esses parâmetros é que realizamos essa pesquisa.

Na etapa “a” utilizamos duas fontes brasileiras de pesquisa: 1) SciELO Brasil, que hospeda, principalmente, periódicos e artigos brasileiros de acesso aberto e 2) BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) com foco nas teses e dissertações de pós-graduação de universidades brasileiras. Em “b” utilizamos como estratégias o uso das palavras-chave, ou descritores, fazendo uso de pesquisa booleana, os seguintes termos: “Vírus da imunodeficiência humana” *and* “Currículo” e “infecções sexualmente transmissíveis” *and*



“Currículo” com um intervalo de tempo de dez anos (2014 – 2024), pensando na busca de dados mais recentes, e utilizamos todos os campos na busca (título, resumo, assunto, etc).

Na etapa “c”, examinamos todos os achados e aplicamos critérios de exclusão aos dados repetidos e aqueles que não estavam alinhados com o objetivo desta pesquisa, como, por exemplo, trabalhos que abordavam o ensino sobre HIV e Aids ou metodologias pedagógicas. Em “d”, utilizamos a análise de discurso de Foucault para a interpretação dos dados. Por último, a etapa “e” é a última, em que apresentei o produto desta pesquisa.

Ao abrir a caixa de ferramentas de análise em Foucault, nos debruçamos no entendimento de discurso, como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2009, p.55). Os discursos são construídos dentro de contextos sociohistóricos específicos, funcionando como práticas sociais envoltas por relações de poder (ibid). Eles produzem e são produzidos pela sociedade. Ou seja, os discursos que iremos analisar possuem um impacto na forma como os estudantes irão conceber o assunto, produzindo efeitos na construção de suas subjetividades.

Segundo o autor (2009), alguns assuntos são temporalmente silenciados em detrimento de outros que são aceitos como a verdade de uma época. No contexto da discussão sobre o vírus nos currículos, poderemos analisar quais temas são reconhecidos como legítimos e quais são marginalizados, ocultados ou negligenciados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados da revisão sistemática de literatura, encontramos, somando as duas fontes de pesquisa (SciELO Brasil e BDTD), 23 trabalhos entre artigos, dissertações e teses. Todos eles foram encontrados utilizando os descritores “infecções sexualmente transmissíveis” and “currículo” e nenhum trabalho encontrado utilizando as palavras-chave “vírus da imunodeficiência humana” and “currículo”.

No quadro 1, fizemos uma exposição dos dados que utilizamos neste artigo de revisão, com nome dos nomes dos autores, título, ano de publicação e tipo de trabalho. Ao todo, após passar por critérios de exclusão, ficamos com três produções acadêmicas, que tratam sobre o tema HIV e Aids e currículo.

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre HIV e Aids e currículo.

Autor(es)	Título	Ano de publicação	Tipo de trabalho
Stéfany Petry, Maria Itayra	O dito e o não dito no ensino das infecções	2021	Artigo

Padilha, Maria Lígia dos Reis Bellaguarda, Amanda Nicácio Vieira, Vanessa Ribeiro Neves.	sexualmente transmissíveis		
Stéfany Petry e Maria Itayra Padilha	Abordagem das Infecções Sexualmente Transmissíveis em um Currículo de Graduação em Enfermagem	2021	Artigo
Stéfany Nayara Petry Dal Vesco	Ensino das Infecções Sexualmente Transmissíveis nos Cursos de Graduação em Enfermagem do Brasil: um estudo histórico	2023	Tese

Fonte: Autores, 2025.

A maioria das produções encontradas foram excluídas por se tratarem, em grande parte, de sequências didáticas e entrevistas com professores. Ou seja, trabalhos que se propuseram a discutir sobre estratégias pedagógicas e metodológicas sobre o tema, e não precisamente a analisar o conteúdo curricular sobre o tema HIV e Aids. Os três trabalhos que utilizamos para este estudo possuem autoria em comum em ambos. Todos eles remetem-se a analisar o currículo dos cursos de graduação de Enfermagem, no que se refere à investigação do conteúdo curricular no trato com o tema das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV e Aids.

Nenhuma das pesquisas se concentra de maneira específica no tema HIV e Aids e currículo, o que revela um certo esvaziamento de produções teóricas que discutem sobre esse assunto nos componentes curriculares. Isso também está em consonância com a ausência de produções acadêmicas advindas dos descritores “vírus da imunodeficiência humana” and “currículo”, que mencionei anteriormente, o que torna ainda mais evidente o caráter incipiente dessa discussão.

Em Petry et al., (2021), o foco da análise do conteúdo curricular das ISTs, abrangendo o tema HIV e Aids, recai sobre o conceito de vulnerabilidade. Para pensar sobre isso, foi realizado uma entrevista com docentes de um curso de Enfermagem de uma Universidade Federal do Sul do Brasil.

A vulnerabilidade é entendida neste artigo como sendo a terceira e última fase da relação entre o HIV e determinados grupos sociais. Na fase um, o sujeito “caracterizado” pelo vírus eram homens homossexuais. Já na fase dois surge o conceito de “comportamento de risco” quando se percebeu, historicamente, que o vírus não se restringia a um gênero ou a uma orientação sexual específica. E por fim, surge a terceira fase, que falei anteriormente, da vulnerabilidade, que se caracteriza pela interiorização e aumento de casos entre pessoas do sexo feminino e com baixa escolaridade, o conceito adotado passa a ser de “vulnerabilidade” [...] A vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) está relacionada a



diversos fatores, dentre eles, os socioeconômicos, culturais e comportamentais (Petry et. al, 2021, p. 2).

Dito isso, a discussão sobre a vulnerabilidade para contrair o HIV e outras ISTs perpassa a análise de como esse assunto é trabalhado no currículo do curso de Enfermagem. Em síntese, o artigo mostra que há praticamente um consenso entre os docentes do curso que a discussão sobre a vulnerabilidade é importante. Entretanto, há um esvaziamento neste curso de informações mais amplas e sociais no currículo de formação dos profissionais da Enfermagem, restringindo o diálogo a vieses mais técnicos e a aspectos mais biológicos sobre as ISTs e sobre a sexualidade, mesmo que muitos dos próprios estudantes do curso também se enquadram como sujeitos vulneráveis. Assim, essa formação mais “técnica” reflete não somente no cuidado dos pacientes vulneráveis, mas também no próprio autocuidado dos estudantes do curso.

Esse artigo entra em consonância com Petry e Padilha (2021), que também analisaram o currículo de um curso de graduação em Enfermagem. Essa investigação ocorreu com auxílio de professores e também de materiais documentais. A pesquisa documental ocorreu de duas formas. A primeira foi realizada um estudo histórico para visualizar como o assunto sobre as ISTs foi sendo trabalho ao longo da história. O curso foi criado em 1969, portanto, analisou-se o trato deste tema ao longo das décadas de 1970 e 1980. A segunda forma de investigação documental ocorreu através do plano política pedagógica atual e vigente no curso em questão. Foi verificado que a ênfase dada aos assuntos e as abordagens das ISTs no currículo do curso de Enfermagem acompanhou “o quadro epidemiológico mundial e a realidade sanitária da região sul do Brasil” (Petry; Padilha, 2021, p. 8). O assunto sobre doenças sexualmente transmissíveis, nome usado na época, se modificou, no curso, de forma exacerbada com a pandemia de HIV nos anos 1980. Entretanto, mesmo que tenham se passado várias décadas, a ênfase ainda é na perspectiva de prevenção.

Por fim, em Vesco (2023) a análise do plano curricular, no que tange o assunto das ISTs, se amplia para uma investigação em cinco cursos diferentes de cinco universidades federais brasileiras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa contou com uma parte de entrevistas com 23 docentes dessas instituições de ensino superior e uma parte de pesquisa documental, analisando projetos políticos pedagógicos, grades curriculares, ementas de disciplinas e planos de ensino. E é esta última parte que mais interessa para esse estudo.



Nos achados da pesquisa documental os resultados revelaram que, mesmo se tratando de universidades localizadas em diferentes regiões brasileiras, a perspectiva curricular no trato do tema das ISTs, incluindo HIV/Aids é bastante semelhante: promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento, com foco, principalmente na sífilis e no HIV.

Diante do apresentado, percebemos que o ponto central das discussões curriculares é a prevenção, o que privilegia um tipo de discurso que impacta na formação das subjetividades (Foucault, 2009) e acaba negligenciando outros. Na perspectiva de Foucault (1999), a prevenção é vista como uma das estratégias biopolíticas utilizadas historicamente, para a promoção da vida, por meio do biopoder. O biopoder emerge por volta da metade do século XVIII, em um período histórico de grandes mudanças econômicas (ibid) e o surgimento de novas dinâmicas globais, como a formação dos Estados modernos e a Revolução Industrial.

Assim, surge, por parte dos Estados, uma preocupação com a promoção da vida. Ela se assenta principalmente nas necessidades do capitalismo e nas dinâmicas do trabalho do capital (Foucault, 1999). A necessidade é de pessoas vivas, ativas e saudáveis. É nessa lógica da população útil e ativa que visualizo a ênfase incessante na prevenção quando o assunto é HIV, associado à produção econômica capitalista que as biopolíticas são maturadas, para que as doenças sejam tratadas, as pessoas sejam curadas e os Estados economizem com os gastos das enfermidades e lucrem com as forças de trabalho das populações saudáveis. Por essa razão, as campanhas de saúde nos bairros e nas escolas e o incentivo à prevenção, como por exemplo, nos currículos, são cúmplices das ações políticas dos Estados de controle das enfermidades.

Em resumo, essa outra forma de poder passa a tratar a população como um problema tanto político quanto biológico, impondo uma regulação sobre a vida (Foucault, 2008). As instituições ao abordar o discurso apenas nesse viés mais "biológico", também participam na construção de uma "norma" em relação ao vírus, delineando o que é aceitável e o que é considerado perigoso, estabelecendo fronteiras entre o "normal" (que se previne) e o "desviado" (o irresponsável).

Diante do exposto, defendemos que a temática do HIV e Aids nos currículos deva ir além de questões biomédicas, biopolíticas e de saúde pública, trazendo a necessidade de se repensar em construções curriculares que envolvam questões históricas, sociais, culturais e políticas sobre o vírus. Da relação dialógica das populações vulneráveis ao acolhimento das pessoas que vivem com o vírus, para que assim possamos conduzir a sociedade para um ambiente de menos exclusão, discriminação e marginalização as pessoas que vivem com HIV.

Reiteramos o esvaziamento sobre estudos que deem conta de trabalhar a temática HIV e Aids e a relação com o currículo, pelo menos nas fontes de pesquisa utilizadas neste estudo e



no tempo estabelecido nesta investigação. Assim, percebemos que as relações de poder privilegiam nos currículos, como os de enfermagem, um discurso biológico no trato da temática do HIV e Aids. E isso, acaba fugindo da formação integral do sujeito, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996), nas esferas física, psicológica, intelectual, cultural e emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa de revisão sistemática da literatura, foi possível observar a ausência de trabalhos acadêmicos que utilizassem os descritores “vírus da imunodeficiência humana” *and* “currículo”. As pesquisas encontradas – dois artigos e uma dissertação – utilizaram os descritores “infecções sexualmente transmissíveis”, que foram adotados para este estudo. Esses trabalhos possuem autoria em comum e tratam de um objeto de estudo também em comum: o currículo sobre as ISTs nos cursos de enfermagem.

A perspectiva e o viés em que o tema HIV e Aids foi abordado nos trabalhos utilizados neste estudo evidenciaram um enfoque predominantemente no discurso biológico, o que se aproxima das noções biopolíticas de promoção à vida, em Foucault. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de mais pesquisas que abordem o tema HIV e Aids e o currículo, considerando que o currículo é um dos principais meios que possibilita o diálogo sobre os mais diversos temas nas instituições de ensino. É fundamental, portanto, promover um ensino sobre HIV e Aids que vá além do viés biomédico, incorporando também as dimensões sócio-históricas e políticas relacionadas ao vírus.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R.; LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 263-274, 2007.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 27 jan. 2025.



BRASIL. Ministério da Saúde. Aids / HIV. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: [\[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv\]](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv). Acesso em: 13 jan. 2025.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. *Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA*, v. 3, n. 2, 2016.

CEZAR, Vagner Mendes; DRAGANOV, Patricia Bover. A História e as Políticas Públicas do HIV no Brasil sob uma Visão Bioética. *Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde*, v. 18, n. 3, 2014.

FERNANDES, Italo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/AIDS. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 32, n. 1, 2021.

FOCACCIA, Roberto; VERONESI, Ricardo. Tratado de infectologia. **Rio de Janeiro: Atheneu**, v. 3, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança. Território e População: Curso no Collège de France: 1977-1978*. 2008.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração. **Saúde e sociedade**, v. 19, p. 9-20, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HENNING, Paula Corrêa e FERRARO, José Luís. A relação escola-Estado: provocações de Nietzsche e Foucault para pensarmos nossa atualidade. *Educação em Revista*. Volume 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469822033>. Acesso em: 06 jan. 2025.

KNAUTH, D. et al. Diagnóstico de HIV/AIDS em homens heterossexuais: ainda uma surpresa após mais de 30 anos de epidemia. *UFRGS Lume Repositório Digital*. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/211800>. Acesso em: 16 mai. 2024.

OVIEDO, Rafael Antônio Malagón; CZERESNIA, Dina. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 237-250, 2015.

QUINTÃO, Bruna Luísa Moreira et al. Análise comparativa dos casos de HIV na América Latina. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e188111637843-e188111637843, 2022.

PARKER, Richard G. et al. A AIDS no Brasil [1982-1992]. In: A AIDS no Brasil [1982-1992]. 1994. p. 360-360.



PETRY, Stéfany; PADILHA, Maria Itayra. Abordagem das Infecções Sexualmente Transmissíveis em um Currículo de Graduação em Enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 55, p. e20210019, 2021.

PETRY, Stéfany et al. O dito e o não dito no ensino das infecções sexualmente transmissíveis. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 34, p. eAPE001855, 2021.

RACHID, Marcia; SCHECHTER, Mauro. Manual de HIV/aids. Thieme Revinter Publicações LTDA, 2017.

ROTBERG, A. A non-stigmatizing Bible. **Hansenologia Internationalis: hanseníase e outras doenças infecciosas**. v.3, n.1, p. 76-82, 1978.

SANABRIA, G. V. Ciência, estigmatização e afro-pessimismo no debate sul-africano sobre a SIDA. **Vibrante: Antropologia Virtual Brasileira**, v. 13, p. 22-51, 2016.

SCAMBLER, G. Health-related stigma. **Sociology of health & illness**. v.31, n.3, p. 441-455. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SHARP, Paul M.; HAHN, Beatrice H. Origins of HIV and the AIDS pandemic. *Cold Spring Harbor perspectives in medicine*, v. 1, n. 1, p. a006841, 2011.

UNAIDS. Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil. UNAIDS, 2019. Disponível em: [<https://unaids.org.br/2019/12/estudo-revela-como-o-estigma-e-a-discriminacao-impactam-pessoas-vivendo-com-hiv-e-aids-no-brasil/>]. Acesso em: 27 ago. 2024.

VESCO, Stéfany Nayara Petry Dal. *Ensino das Infecções Sexualmente Transmissíveis nos Cursos de Graduação em Enfermagem do Brasil: um estudo histórico*. 2023. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

